

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR
Marcos Macari

DIRETOR-PRESIDENTE
José Castilho Marques Neto

EDITOR EXECUTIVO
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

ASSESSOR EDITORIAL
João Luís C.T. Ceccantini

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Alberto Ikeda
Alfredo Pereira Junior
Antonio Carlos Carrera de Souza
Elizabeth Berwerth Stucchi
Kester Carrara
Lourdes A. M. dos Santos Pinto
Maria Heloísa Martins Dias
Paulo José Brando Santilli
Ruben Aldrovandi
Tania Regina de Luca

EDITORA ASSISTENTE
Denise Katchuian Dognini

COLEÇÃO SAÚDE E CIDADANIA

CONSULTORES
Antonio de Pádua Pithon Cyrino (coord.)
Everardo Duarte Nunes | José Ricardo de C. M. Ayres
Lília Blima Schraiber | Rita Barradas Barata

SECRETÁRIA
Rosa Maria Capabianco

LILIA BLIMA SCHRAIBER
ANA FLÁVIA PIRES LUCAS D'OLIVEIRA
MARCIA THEREZA COUTO FALCÃO
WAGNER DOS SANTOS FIGUEIREDO

**Violência dói
e não é direito**

*A violência contra a mulher,
a saúde e os direitos humanos*

UNESP
Editora

© 2005 Editora UNESP
Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3242-7171
Fax: (11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

V792

Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos / Lilia Blima Schaiber... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP, 2005. – (Saúde e cidadania)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7139-606-X

1. Violência contra as mulheres. 2. Violência familiar. 3. Violência familiar – Política governamental. 4. Direito das mulheres. 5. Saúde pública. 6. Medicina social. I. Schaiber, Lilia Blima. II. Série.

05-1985

CDD 362.828
CDU 364.28

Editora afiliada:


Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe


Associação Brasileira de
Editoras Universitárias


CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS NEUROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO ALIADO

Agradecimentos

Os autores agradecem a toda equipe de pesquisadores e auxiliares da linha de pesquisa “Violência e Gênero nas Práticas de Saúde”, bem como a alunos e professores colaboradores e equipe de assistência do Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa.

Igualmente agradecem às parceiras de pesquisa, as ONGs Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde – CFSS, de São Paulo (SP), e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, de Recife (PE).

Agradecem também às mulheres e aos homens que participaram das pesquisas, revelando suas histórias.

Nossos agradecimentos especiais a Ricardo F. Góes, pelo apoio na redação e construção do texto.

Um caso entre muitos: a violência doméstica contra a mulher

As histórias são muitas. São muitos os casos que podemos relatar. Não são sempre iguais; apresentam-se de modos variados, sob circunstâncias diversas. O que têm em comum? São violências. Ora como xingamentos, falas rudes, humilhações... Ora como tapas, beliscões ou empurrões que podem chegar a socos, à quebra de um braço, perna, nariz... Queimaduras? Também. E uso de arma, faca ou revólver, ameaças... Ainda o sexo forçado, por medo, por coerção física, espancamentos.

A lista de atos e comportamentos violentos é longa e vamos apresentá-la mais adiante, para que não reste dúvida do que estamos definindo como

violências. E são também situações muito frequentes, que se repetem ao longo de um mesmo relacionamento e que podem começar cada qual de um jeito. Muitas vezes progridem para formas cada vez mais graves. Esses são outros traços, infelizmente, também em comum.

Marluce é um desses casos. Eis aqui parte de sua história:

Eu nasci na Bahia, mas eu não fiquei lá muito tempo; eu vim embora para Minas. Minha mãe trabalhava em casa de família; a gente morava num lugarzinho pequeno e meu pai trabalhava na roça, carregando, vendendo lenha para padaria, essas coisas assim. Meu pai era muito severo; meu pai me batia de sair sangue... Enquanto ele não via o sangue assim, ele não soltava.

Com 12 anos eu conheci um cara, que não é o meu marido. Aí já aprontei, fiquei grávida; aí que meus pais não queriam de jeito nenhum... Com 13 anos tive o meu primeiro filho. Esse cara foi um sofrimento...

Só que quando eu aprontei, eu não sabia o que era ciclo, o que era a palavra menstruação, o que era ficar grávida. Ele falou – “vou te levar na casa da minha parente, da minha tia...”; e eu não sabia ler. Ele me levou. Em vez de eu gritar, não, fiquei bem caladinha.

Eu estava entendendo que ele ia aprontar comigo, mas também ele não tampou a minha boca. Ele falou – “você não pode gritar, porque se você gritar a gente vai preso”. E eu não sabia o que era ir preso; eu tinha medo. A gente não tinha muita instrução, mas a gente entendia alguma coisa. Aí ele falava – “veio? aquele sangue que vem todos os meses” –, aí eu falava – “não veio, não”; e a minha barriga só crescendo, e a roupinha, que eu vestia aqueles vestidinhos, assim, não abotoava mais.

Ele tinha... acho que 27 anos. Aí ele falava assim – “ah, então você está grávida, você está esperando nenê e não pode contar para ninguém, que eu vou embora para São Paulo e eu vou te levar”. Quando foi um dia – ele vinha todos os dias – e aí passou um dia e ele não veio. Aí tudo bem, não estava nem ligando. Passava outro dia... não veio. Passava outro e não veio... Não veio mais. E minha barriga só crescendo.

Eu só sei que um pessoal da igreja foi lá e contou pra meu pai, numa boa, tentou falar. Ah! meu pai fez um “rebu”; meu pai foi lá pra me matar. Aí, por acaso, apareceram umas mulheres daqui de São Paulo lá, essas que trabalham aqui e vão passar as férias lá em Minas. Aí as mulheres falaram – “estou procurando uma pessoa para levar

para São Paulo para trabalhar”. Assim que elas vieram, que passaram as férias, eu vim com elas.

Aí eu conheci esse homem que é o meu marido. Ele bebia, quando eu conheci. Ave, Maria, era o cão, era outro cão na minha vida... porque tinha o outro que tinha me abandonado, e esse não me abandonava mas também só aprontava. A gente namorou, mas quando ele bebia aprontava; era outra situação que eu passava, era outro sufoco, mesmo de namorado. Ele bebia e aprontava, queria me bater; podia ser no começo do namoro, já queria me bater. Ele bebia muito. Aí ele falou um dia – “ah, vamos casar?” –, eu achava que ele estava brincando, falei – “casar?”; e ele não sabia do meu filho. Quando soube, disse – “vou casar com você do mesmo jeito”. Eu pensei – “ele vai querer aprontar comigo e não vai casar comigo, vai me deixar no mundo sofrendo de novo, aí eu vou passar por tudo de novo”...

A gente casou. Eu comi o pão que o diabo amassou. No primeiro dia, quando chegou em casa, bebeu, bebeu, encheu a cara e aprontou... Panela minha até hoje eu guardo, de raiva... que ele chegava em casa e quebrava. Ele quebrava a televisão... o bicho que dava naquele homem. Uma vez

ele quebrou a minha mão. Vê o que eu já passei! Outra vez isso aqui ficou tudo preto... quando melhorou um pouquinho, eu usava uns óculos grandes assim, pra tampar. Ele quebrava as coisas em casa. Ele arrancava a minha roupa... Rasgava a roupa que eu estava vestindo. Ele quebrava as coisas, ele colocava fogo... queria colocar fogo em mim.

Ele chegava em casa e eu falava assim – “você quer jantar agora?” –, porque eu tinha que perguntar. Aí ele falava – “não posso nem chegar em casa, já pergunta”. Aí, ele pegava a comida e... pá!, no chão. Se ele chegasse e eu não falasse nada, ele falava – “e o que tem no bico?, não vai perguntar nada, não?, não vai pôr a janta, não?”. Se eu não perguntasse, não estava ligando... quer dizer, eu não entendia!

Parece uma história comum. Muitas vezes é entendida como uma espécie de “destino” das mulheres, e quem escapa é porque teria sorte, por acaso escapa... De tão freqüente, passou a ser “normal” essa imagem que está no pensamento de muitas mulheres e homens de que é fatalidade, algo que vai acontecer, sempre.

Esse modo de pensar banaliza a violência, torna-a uma situação comum e natural, pois ela passa a

ser vista como episódio corriqueiro, sem importância e parte inexorável das relações de casal, sejam elas o casamento formal, como na conjugalidade, sejam elas relacionamentos de parceria.

Isso não acontece apenas nas relações entre um homem e uma mulher, mas entre parceiros do mesmo sexo. No entanto, essa questão tem sempre um caráter de gênero, isto é, está inserida em relações desiguais, assimétricas, em que, a um dos pares, estão conferidos maior poder e autoridade, atribuições constituídas pela cultura – modo de viver em sociedade – como identidade masculina. A violência praticada por parceiro íntimo, que pode ser o marido ou o parceiro atual, mas também o anterior, isto é, o ex-parceiro ou ex-marido, é mais estudada nas relações de gênero entre homens e mulheres.

Nem sempre os atos e comportamentos ora relatados foram vistos como violação dos direitos das mulheres. Essa forma de compreendê-los é que nos permite conceituá-los como violências e tentar erradicá-los do modo usual de viver, nos dias de hoje. Isso representa, sem dúvida, uma grande mudança cultural, e é produto da luta de muitas mulheres, e de alguns homens, pela igualdade dos direitos e pela conquista de uma ética de relações interpessoais mais dignas. Por isso, considerando algumas publicações sobre violência contra a mulher, vamos percorrer um pouco dessa história.

■ O século XX e as mudanças pelos direitos das mulheres

Internacionalmente, as primeiras publicações que tratam da violência consistem em estudos da “violência intrafamiliar” dos anos 1960 (O’Toole & Schiffman, 1997; Dutton, 1995; Hoffman, Demo & Edwards, 1994; Campbell, 1992). Neles ressaltase, principalmente, a criança que sofre agressões ou é sexualmente abusada, sendo a mãe, muitas vezes, a agressora, sem que se examine a condição individual dessa mulher no contexto da violência, isto é, se ela também é, ou não, agredida. Na violência intrafamiliar, a mulher é concebida como um dos membros de uma família violenta, que pode vir a ser uma das vítimas. Sua condição no arranjo familiar existente não é examinada, assim, as questões das relações de gênero não são levadas em conta como base dos conflitos e violência (Kurz, 1997). É essa individualização da mulher que processa o movimento feminista internacional nos anos 1970, criando a terminologia da “violência contra a mulher”. Essa denominação também mostra que tal violência não se restringe à família, agregando outras situações: o estupro por estranhos, os assédios sexuais no trabalho, o tráfico de mulheres, a prostituição forçada, entre outras. A partir desse momento, os estudos buscam apontar para a violência como um problema de violação dos

Se essas referências históricas servem para situar os diferentes estatutos da mulher na temática da violência, também mostram o movimento das denominações que a situação de violência recebeu. Isso indica uma certa dificuldade de encontrarmos termos que sejam bastante específicos e apropriados. Não há, ainda, formas de designar esses atos e comportamentos que sejam sensíveis para captar a ocorrência e torná-la prontamente enunciável e, com isso, de imediato visível. Se assim fosse, as mulheres que vivem ou viveram violências teriam maior facilidade de se reconhecer nessa situação, e também de contar o problema a outros: pessoas capazes de apoiar as mulheres em situação de violência, sejam profissionais de instituições ou não.

Nesse sentido, dizemos que o problema da violência também é difícil de lidar pelos muitos significados que esse termo “violência” possui. Se houvesse um significado consensual em relação à expressão “violência contra a mulher”, esta não pareceria estranha a ninguém. Ao contrário, todos compreenderiam de que se trata, em vez de, como ocorre até hoje, suscitar a dúvida: Por que certas formas de lidar com os conflitos entre marido e mulher seriam uma “violência”? E por que certas violências seriam “contra a mulher”? Afinal, o que usualmente reconhecemos como violência é um assalto ou uma tentativa de homicídio, e isso pode acontecer contra qualquer um.

O parceiro íntimo que “perde a cabeça” não se parece em nada com um assaltante...

Estamos, aqui, diante de um dos maiores desafios quando se trata de violência de gênero: não parece ser uma violação como outras violências, daí sua invisibilidade como um problema (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999; Schraiber et al., 2003a). Vamos discutir esse aspecto a seguir.

■ A violência de gênero: questão invisível

O que queremos dizer com questão invisível? O que é essa invisibilidade? Como pode, algo que ocorre, ser “invisível”?

É claro que não queremos dizer que não existem episódios de violência no sentido de que ela não acontece. Há muitas situações de violência no dia-a-dia das mulheres e vamos mostrar que a frequência com que essas situações ocorrem é muito alta. De um lado, por essa alta frequência, a ponto de tornar-se algo comum, corriqueiro como já comentamos, de outro, por ser de gênero, tendo por base a submissão feminina – o que tem sido culturalmente criticado, mas ainda prevalece nas relações entre homens e mulheres –, essas situações de violência não são valorizadas como problemas sociais ou de saúde. No máximo, seriam problemas individuais, de cada mulher.

Por essa razão, quer familiares, vizinhos, colegas ou a comunidade, quer os profissionais de saúde ou de outros serviços de assistência, e até as próprias mulheres vítimas de violência, nenhum deles reconhece a situação como uma transgressão de direitos e um contexto instaurador de danos à saúde. Assim, ou a violência contra a mulher não é considerada violência (transgressão de direitos e violação de dignidade da pessoa) e, por isso, não deveria receber atenção de mesmo porte socioinstitucional que as demais violências, ou, no extremo oposto e pelas mesmas razões, quando se percebe tal violência como um problema que iria além do âmbito de cada um, não é entendida como uma específica e particular transgressão aos direitos da mulher. Neste último caso, é tomada tal qual uma violência qualquer, tornando muito difícil compreender porque relações afetivas teriam o mesmo estatuto de violência que as ocorridas nas ruas e perpetradas por estranhos.

Embora a perspectiva de compreender e lidar com acontecimentos sociais dentro da visão de gênero já tenha acúmulo histórico, não tem fácil aceitação, mesmo entre as mulheres (Chauí, 1984). Admitir e trabalhar com a realidade de sujeito socialmente desigual não é simples ou agradável. Lidar com a condição subordinada nas sociedades requer uma qualidade crítica que é difícil obter, pois envolve um movimento contracultural ao questionarmos a escala de valores

que está situando a mulher como um sujeito da sociedade de menor valor.

Cada mulher, como parte do coletivo feminino, compartilha com todas as demais esse estatuto de menor valor, portanto, de menor poder social: poder de expressar-se e/ou agir. Enfrentar essa condição, em busca da igualdade de valor com os homens, implica não aceitar a forma cultural vigente de compreender as especificidades do masculino e do feminino. Na verdade, implica um movimento em que homens e mulheres possam ser sujeitos da sociedade de mesmo valor, ainda que indivíduos diferentes entre si. A ausência dessa crítica reforça a violência vivida por certas mulheres como problemas apenas delas próprias, ou pior: como problema nenhum.

A invisibilidade de que falamos trata, portanto, da falta de reconhecimento de certos acontecimentos como sendo da sociedade como um todo e, por isso, devem ser alvo de propostas de resolução de caráter público para todos, e não de cunho estritamente individual. São problemas para os quais cabem ações públicas e políticas sociais apropriadas, como programas de esclarecimentos públicos, campanhas antiviolença em meios de comunicação social como rádios, televisões, jornais, revistas etc., além de programas de apoio em instituições de assistência, como aponta o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde publicado pela Organização Mundial da Saúde (Krug et al., 2002).

E porque a violência é sempre um contexto instaurador de agravos à saúde, além de violação de direitos, ela requer, como política de intervenção social, ações de caráter interdisciplinar e intersetorial, compondo-se redes de várias assistências: à saúde, à segurança pública e pessoal, à justiça e ao bem-estar social.

A visibilidade seria, então, tomar a violência contra a mulher, em todos os ângulos – dos interpessoais ou éticos aos políticos –, como violação dos direitos humanos da pessoa mulher. Seria também tomá-la como questão de gênero na sociedade: trata-se, em todos os seus matizes – dos interpessoais e/ou afetivos na vida privada às relações do e no espaço público –, de uma perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres como indivíduos sociais e sujeitos de direitos. A violência de gênero constitui, assim, uma questão social bastante complexa e difícil, pois é uma violência, mas não qualquer violência; em certa medida, deve ser objeto das sanções que regem a violação dos direitos e das leis; em outra medida, objeto de intervenções que melhorem o convívio social e privado das pessoas, que não dizem respeito apenas à ordem ou à legalidade do viver em sociedade, mas sobretudo à ética da igualdade entre humanos, sejam quais pessoas forem, e ao estímulo à ética da solidariedade, tanto social quanto interindividual.

A visibilidade não significa só *ver e compreender*, mas também *fazer ver*: cada um percebendo e inter-

pretando esse acontecimento nessas diversas direções que apontamos e, ainda, cada um participando dessa construção comunicacional.

A visibilidade dessa violência, em conformidade com o que acabamos de considerar, exige conhecimento e propostas de resolução que envolvem estudos variados e perspectivas também variadas de vê-la e fazer-se vê-la como questão. Parte dessa variedade está nas referências já feitas dos campos do direito, justiça e segurança. Outra parte está nas repercussões físicas e emocionais dos envolvidos, no campo da saúde. Vamos tratar, em especial, desse campo e dos estudos nele produzidos.

■ O que é violência contra a mulher? Definição e peculiaridades

São atos dirigidos contra a mulher que correspondem a agressões físicas ou sua ameaça, a maus-tratos psicológicos e a abusos ou assédios sexuais. Quando referida como violência doméstica, são atos cometidos por um membro da família ou pessoa que habite, ou tenha habitado, o mesmo domicílio. Nesse caso, as mulheres podem estar envolvidas na situação tanto como agredidas como quanto agressoras. Muitas vezes estão em ambas as situações, quando, por exemplo, sofrem violência do marido e batem nas crianças.

A seguir, discriminamos diversos atos considerados violência e sua classificação.

<p>Violência física</p> <p>Tapas</p> <p>Empurrões</p> <p>Chutes</p> <p>Bofetadas</p> <p>Puxões de cabelo</p> <p>Beliscões</p> <p>Mordidas</p> <p>Queimaduras</p> <p>Tentativa de asfixia</p> <p>Ameaça com faca</p> <p>Tentativas de homicídio</p>	<p>Violência psicológica</p> <p>Humilhações</p> <p>Ameaças de agressão</p> <p>Privação de liberdade</p> <p>Impedimento ao trabalho</p> <p>Danos propositais a objetos queridos</p> <p>Danos a animais de estimação</p> <p>Danos ou ameaças a pessoas queridas</p>
<p>Violência sexual</p> <p>Expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa</p> <p>Toques e carícias não desejados</p> <p>Exibicionismo e voyerismo</p> <p>Prostituição forçada</p> <p>Participação forçada em pornografia</p> <p>Relações sexuais forçadas (coerção física ou por medo do que venha a ocorrer)</p>	

Outros atos, como crimes de guerra, violências étnicas e maus-tratos nos atendimentos em diferentes

serviços, como seriam os casos relatados na atenção à saúde da mulher, são considerados violência institucional ou cometida pelo Estado (D'Oliveira, Diniz & Schraiber, 2002).

Todas essas violências podem ser consideradas quanto ao espaço de ocorrência, se na vida privada ou pública. Elas mantêm em comum o traço de gênero: seja em família, seja nas relações de natureza pública, as questões que se encontram subjacentes às violências são questões de gênero, por tratar-se de uma mulher ou por envolver problemas tidos como femininos pela cultura vigente. E isso ocorre mesmo quando os personagens da situação de violência são exclusivamente mulheres: por exemplo, de um lado, mulheres que representam o poder institucional e, de outro, mulheres subordinadas às primeiras pela condição de usuárias dos serviços institucionais somado à sua condição de mulher na sociedade. Dessa forma, nosso tema torna-se ainda mais complexo.

A violência contra a mulher apresenta uma frequência muito alta de ocorrências e, na grande maioria dos casos, superposição de suas formas psicológica, física e sexual. Além disso, em intenso contraste com a violência que sofrem os homens, as mulheres encontram em seus parceiros íntimos o principal agressor, seguido de outros familiares do sexo masculino, enquanto, no caso de homens adultos, o principal agressor, embora também seja outro homem, trata-se com

frequência de um estranho, ou pelo menos de uma pessoa nada íntima.

É interessante apresentar um estudo (Tjaden & Thoennes, 1998) que perguntou a homens e mulheres, acima de 18 anos, acerca de agressões físicas ou sexuais, pelo menos uma vez em suas vidas. As respostas mostram que, se no total os homens relataram mais episódios que as mulheres (66,8% e 55%, respectivamente), a natureza dessas violências é muito distinta. Para as mulheres, a violência sexual se dá cerca de seis vezes mais do que para os homens, ainda que para ambos as agressões físicas representem a maioria dos eventos. A violência sexual, portanto, ocorre muito mais contra a mulher (17,6% em contraste com 3% para os homens). Além disso, 17,9% dos agressores dos homens são parceiras íntimas, 6,8% outros familiares e 60% estranhos, enquanto no caso das mulheres, 76% dos agressores são parceiros íntimos, 8,6% outros familiares e 14,1% estranhos.

O principal agressor é o homem em mais de 80% das situações, seja contra a mulher (93,4%), seja contra outros homens (85,9%). Para entendermos esse fato, será preciso apreender o modo como a violência participa da própria formação da identidade masculina, e participa ainda do modo de ser e fazer-se homem no dia-a-dia: é necessário compreendermos as relações entre masculinidades exercitadas e as práticas de violências na vida cotidiana.

Para o Brasil, encontramos dados semelhantes (Schraiber et al., 2002). Na cidade de São Paulo, 27,3% das mulheres de 15 a 49 anos relatam violência física, cometida por parceiros íntimos ou ex-parceiros em episódio ocorrido pelo menos uma vez na vida, e 22,1% disseram ter sofrido essa forma de agressão por qualquer outra pessoa que não parceiro (familiares, conhecidos ou estranhos). Em Pernambuco, na região da Zona da Mata, esses dados são, respectivamente, 33,8% e 13,5%, mostrando que a violência nas relações de intimidade é ainda maior naquela região. Cabe ressaltar que 9,5% em São Paulo e 6,6% em Pernambuco são mulheres que sofreram violência física por ambos os tipos de agressores. Outro aspecto a observarmos é o fato de que, se considerarmos todos ou possíveis agressores, a cidade de São Paulo e os 15 municípios da Zona da Mata de Pernambuco estudados apresentam a mesma taxa de ocorrência, que aponta para a elevadíssima frequência com que ocorrem as violências físicas e/ou sexuais contra as mulheres: 41% e 40,6%, respectivamente. Por isso, embora possamos encontrar mais violência causada por estranhos em São Paulo do que na região da Zona da Mata, e nesta, por sua vez, mais violências entre familiares e por parceiros que em São Paulo – o que poderíamos compreender como contraste entre a realidade das grandes cidades e de pequenos municípios de culturas de base mais rural –,

o fato é que em ambas as situações, que constituem efetivos contrastes socioeconômicos e culturais, não só a violência contra a mulher é evento muito frequente, como também encontra na forma da violência doméstica sua maior expressão.

Disso decorrem três questões que devemos observar: primeiro, é por demais diverso o contexto em que ocorre a violência contra a mulher para ser apenas creditado às características pessoais ou individuais de certas mulheres; segundo, a violência é de alta frequência mesmo em camadas sociais distintas, não sendo restrita às mais desfavorecidas; terceiro, elas são, em comum, violências de gênero.

Não há razões para acreditar que a violência se dê estritamente por motivos pessoais e que as mulheres, então, deveriam se envergonhar de seu comportamento "causador" da violência, quando, ao contrário, trata-se de um fenômeno social e cultural existente em diversas partes do mundo, e associado às valorizações culturais de comportamentos violentos, via de regra, identificados com certas formas de exercer as masculinidades. Vamos apresentar, a seguir, as ocorrências em diferentes lugares do mundo e conforme seus diferentes tipos, para discutirmos, no próximo capítulo, a visão dos homens, mostrando que a valorização cultural do comportamento violento já está em mudança também para eles.

■ As violências físicas, psicológicas e sexuais: qual sua frequência?

Uma parcela considerável da população feminina já sofreu agressão física ou sexual por um parceiro íntimo na vida, como se pode ver nos dados a seguir (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 Violência física por parceiro íntimo, na vida, em diferentes países do mundo.

Ano	País	Amostra	Idade em anos	Violência física na vida
1986	Países Baixos ¹	989	20-60	21%
1993	Canadá ²	12300	≥18	29%
1995/96	Estados Unidos ¹	8000	≥18	22%
1995/96	Egito ²	7121	15-49	34%
1998	Nicarágua ²	8507	15-49	28%

1. Entrevistas com todas as mulheres.

2. Entrevistas com mulheres que tiveram companheiros pelo menos uma vez na vida.

Fonte: Heise, Ellsberg & Gottemoeller (1999).

Tabela 2 Violência física e violência sexual por parceiro íntimo, na vida, em diferentes cidades do mundo.

Ano	País – Cidade	Amostra	Idade em anos	Violência física na vida	Violência sexual na vida
1991/92	Canadá – Toronto ¹	420	18-64	27%	15,2%
1995	Nicarágua – León ²	360	15-49	52%	21,7%
1993	Reino Unido – Norte de Londres ¹	430	≥16	30%	23%
2000/01	Brasil – São Paulo ²	940	15-49	27,2%	10,1%
2000/01	Brasil – Zona da Mata (PE) ²	1188	15-49	33,7%	14,3%

1. Entrevistas com todas as mulheres.

2. Entrevistas com mulheres que tiveram companheiros pelo menos uma vez na vida.

Fontes: Heise, Ellsberg & Gottemoeller (1999) e, para o Brasil, Schraiber et al. (2002).

Outras pesquisas mostram altas taxas de violências entre mulheres que são usuárias de serviços de saúde, tal como apresentamos a seguir.

Tabela 3 Violência por parceiro íntimo entre clientela de serviços de saúde (revisão internacional e Brasil – Grande São Paulo).

Tipo de serviço	Mulheres estudadas	Variação das taxas
Pré-natal	Gestantes	6,6-20,1% VF na gravidez (1) 23% VF na gravidez (4)
Pediatria	Mães de crianças abusadas	50-70% VF atual ou passada (2)
Emergência	Usuárias em geral	22-35% VF na vida (4)
	Usuárias com lesões traumáticas	30-37% VF corrente (2)
Psiquiatria	Usuárias com tentativa de suicídio	25% VF na vida (4)
	Usuárias em tratamento psiquiátrico	25% VF na vida (4)
Atenção primária	Usuárias em geral	32,7% VFS na vida (3)
Atenção primária (Brasil-GSP)	Usuárias em geral	40,4% na vida (VFS) (5)
		45,4% na vida (VFS) (5)

(1) Gazmararian et al., 1996; (2) Eisenstat & Bancroft, 1999; (3) McCauley et al., 1995; (4) AMA, 1992; (5) Schraiber et al., 2003b.
VF = Violência Física; VFS = Violência Física e/ou Sexual.

Embora viver a violência seja freqüente, como também o é viver mais de uma forma de violência e episódios graves ou repetidos, as mulheres que experimentam tais situações nem sempre percebem essa vivência como uma violência. Tendem a assumir que teriam, elas mesmas, desencadeado as agressões, as humilhações ou os abusos de qualquer espécie, por causa de um comportamento seu, pessoal, ou, no máximo, pela inadequação de todas as mulheres, pois

estas teriam, por sua “natureza”, comportamentos “provocadores”!

Na seqüência apresentaremos uma pesquisa que mostra mulheres que viveram diversas agressões e abusos, mas que não chamam essas experiências de violência, por entenderem que violência corresponde a situações de agressão ou abusos praticados por estranhos, não aquela perpetrada por familiares ou parceiros íntimos.

■ Vergonha, culpa e desinformação: as mulheres e a banalização da violência

Quisemos até aqui indicar que algo comum não é necessariamente correto e, por isso, não deve ser visto como algo normal ou banal na vida em sociedade. Nem a violência dos estranhos, da grande cidade, os crimes de rua; nem a violência doméstica. Estamos justamente mostrando todas as formas de violência como transgressões de direitos, algumas já regulamentadas em lei, mas todas como um agir não-ético, como um comportamento moralmente condenável. Trata-se, desse modo, de um convite para a participação de todos, homens e mulheres, em campanhas pela paz e pelo respeito aos direitos humanos e dignidade das pessoas.

No entanto, será difícil participar se não percebermos os atos violentos. Um estudo realizado em São Paulo entre usuárias de um serviço público de saúde revela a dificuldade de enfrentar a questão da violência quando se trata de relações de intimidade (Schraiber et al., 2003a). Realizamos a pesquisa com 322 mulheres de 15 a 49 anos, perguntando acerca de atos de agressão ou abusos de forma direta e clara, como, por exemplo, para a violência física: “Na sua vida adulta, alguém já bateu, deu tapas, chutou ou machucou você fisicamente de alguma outra forma?”.

m. int. A palavra violência, propriamente dita, não aparece nessas perguntas. Foi usada apenas quase no final da entrevista, quando se indagou: “Você considera que sofreu violência na vida?”. Além disso, solicitamos: “o relato de um episódio marcante”, “o nome que daria a esse relato” e “o que considera violência”.

Vejam os três diferentes episódios anotados pelas entrevistadoras: as histórias de Paula, Francisca e Joana.

■ Os episódios

Caso 1

Foi episódio único. Começou a discutir porque ele tinha amante. Uma noite ela demorou para chegar e ele esmurrou o rosto e ficou com hematomas no olho. Aí se separou logo após o episódio. Ficou três meses,

depois voltou e juntou (entrevista com Paula).

Caso 2

Um irmão a pegou a força para fazer coisa que não deve; esse irmão mais velho tirou sua virgindade e das duas irmãs. O irmão era separado da mulher, pegava as irmãs, levava-as para sua casa, trancava-as no quarto e as estuprava. Isso aconteceu mais ou menos nove vezes. Ela tinha 12 anos (entrevista com Francisca).

Caso 3

Um ex-noivo lhe deu três facadas com punhal, no braço e nas costas, que atravessou o peito. Teve que ficar internada para fazer drenagem. Diz que quase morreu. Conta que ele queria casar, marcou o casamento, mas ela se recusou e ele começou a ameaçá-la, até que aconteceu. Ficou um mês hospitalizada, até entrou em coma (entrevista com Joana).

Tanto Paula, quanto Francisca e Joana, perguntadas se consideravam que haviam sofrido violência alguma vez na vida, responderam que NÃO! Elas não consideraram os eventos vividos violência.

Quando perguntadas “Que nome você daria a essa situação?”, responderam: “Agressão, não violên-

cia”, disse Paula, enquanto Francisca e Joana disseram não saber que nome dar. E o que consideraram violência?

Se ele agride sempre, deixa hematomas e ferimentos graves: mulher é mais frágil e é brutal o que fazem (Paula).

Muitas coisas que não devem acontecer, brigas, discussão com os irmãos, os pais são muito ignorantes com os filhos, ficam maltratando as crianças; os pais deveriam dar mais carinho para as crianças (Francisca).

É muito triste. Tem medo das pessoas inocentes que morrem por aí sem ter feito nada. Tem medo porque tem uma filha mulher (Joana).

Essa dificuldade de nomeação ou de ter que reconhecer a violência dentro da própria casa, na relação com seus familiares ou parceiros, não é apenas de Paula, Francisca ou Joana, pois, das 322 mulheres pesquisadas, 224 (69,6%) responderam afirmativamente a pelo menos uma das perguntas sobre agressões ou abusos físicos, psicológicos ou sexuais antes descritas, sendo que apenas 36,6% delas consideraram que sofreram violência na vida. Essa denominação de violência foi mais reconhecida entre as mulheres que relataram violência sexual, seja isolada, seja superposta às demais formas, do que entre as que

sofreram violência psicológica e, até mesmo, entre as que sofreram violência física. Portanto, esse termo, que é mesmo bastante forte para expressar agressões, humilhações ou abusos, parece ser mais associado, no senso comum da população feminina, às formas mais severas e mais trágicas de experiência de vida.

No entanto, perguntadas sobre o que consideram violência, as mulheres a definem com base em situações diversas, sendo as mais comuns aquelas que ocorrem fora de casa, por estranhos, e que se compõem, via de regra, de agressões físicas e/ou sexuais.

Esses achados reforçam a dificuldade de ver quer a situação doméstica, quer as formas verbais de agressão ou formas físicas isoladas e menos severas, como violências. No entanto, em termos de valor ético e direitos humanos, mesmo a situação que parece pouco grave, é grave! Sempre se trata de violação. E quando falamos de ética ou direitos, não há “mais ou menos”, não há meio-termo: um pouco ético; uma certa porção de direitos...

É claro que, considerando-se as punições legalmente atribuíveis aos delitos ou crimes, se eles forem menores ou maiores, nos termos da lei, terão penas distintas, mas nem por isso deixam de ser, todos, crimes. Devemos, desse modo, distinguir a regra legal, ou cumprimento das leis, da justiça ou da ética. E se a lei nos ampara, bem mais rigorosa é a ética, para que se possa realizar a justiça.

Nossa questão, assim colocada, passa a ser a compreensão de como determinadas construções culturais, na vida em sociedade, elaboram esses valores, recriando-os em termos de comportamentos e atitudes morais diversos ao longo do tempo e a partir de movimentos históricos particulares às diferentes sociedades. Vamos buscar, no estudo da conformação das relações de gênero, e em especial das masculinidades, de que modo uma moral muito peculiar aparece nessas relações. Tão peculiar a ponto de ter sido historicamente possível elaborar as violências de gênero como “coisa normal”.

2

“Ela me faz perder a cabeça”: os homens e as violências contra as mulheres, suas parceiras

Vimos que as violências de que são acometidas as mulheres, na sua grande maioria, são perpetradas por parceiros ou ex-parceiros, caracterizando-se como uma violência que ocorre nas relações de afetividade e de intimidade, e no ambiente da casa/família. Comentamos, rapidamente, quão espantosa é essa ocorrência, sobretudo considerando o número muito grande de vezes que acontece. Surpreende que, para as mulheres, o ambiente doméstico não seja mais seguro que a rua ou a cidade. Causa espanto que rela-